

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Fundo do poço	2
Título: Lâmpadas terão selo de garantia do Inmetro.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Energia solar ainda engatinha.....	4

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Lauro Jardim****Título: Fundo do poço**

Números que revelam o quanto a extração de petróleo no Brasil está no fundo do poço: há cinco anos, 82 sondas terrestres de perfuração estavam ativas; hoje, apenas uma. Em relação às sondas marítimas, eram 73; atualmente, são somente 22.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ione Luques e Luciana Casemiro****Título: Lâmpadas terão selo de garantia do Inmetro**

A partir de amanhã, atacado e varejo só podem vender modelos de LED que tenham certificação do órgão.

RIO - As tradicionais lâmpadas incandescentes saíram de cena — não podem mais ser comercializadas desde o dia 1º deste mês —, e as modernas lâmpadas de LED, que as substituem, a partir de amanhã, só poderão ser vendidas com o selo do Inmetro. A certificação visa a garantir um padrão de qualidade de iluminação, baixo consumo e, também, segurança. É que modelos irregulares à venda no mercado oferecem risco de superaquecimento, choque e curto-circuito, alertam especialistas.

— No programa de certificação, como se trata de um modelo com chip, verificamos inclusive o potencial de interferência das lâmpadas LED com os demais eletrodomésticos, para evitar, por exemplo, chiados na televisão e no rádio — explica Leonardo Rocha, pesquisador tecnologista do Inmetro, alertando que, para micro e pequenas empresas, o prazo para venda exclusiva de lâmpadas certificadas só termina em janeiro de 2018. — É a primeira vez que fazemos um prazo diferente para o pequeno comércio, mas acredito que boa parte já tenha nas prateleiras lâmpadas certificadas.

Embora custem até cinco vezes mais do que se costumava pagar pelos modelos incandescentes, as lâmpadas de LED consomem cerca de um décimo das tradicionais. Já a fluorescente compacta (eletrônica) traz uma economia de 75% em comparação a uma incandescente.

Atenção às informações nas embalagens

Assessor técnico da Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Produtos de Iluminação (Abilumi), Rubens Rosado, explica que, na prática, isso significa que troca de lâmpadas incandescentes de 60W, em três cômodos da casa, para alguém que tinha um consumo de energia com iluminação de R\$ 35 por mês, significaria uma redução dessa parcela da conta para R\$ 8 mensais. O que representa uma economia de R\$ 324 em 12 meses.

— As lâmpadas LED vêm ganhando a preferência dos consumidores que têm aprendido a importância da economia de energia dentro do orçamento familiar e do uso de produtos sustentáveis para o meio ambiente — afirma Rosado.

A durabilidade é outro ponto que deve ser observado. Enquanto uma lâmpada incandescente durava cerca de 750 horas, o que corresponde a um ano, as fluorescentes têm uma vida útil de 6 mil horas (cinco anos), e as de LED, de 25 mil horas.

— Alguns comerciantes chegam a fazer uma anotação na lâmpada em relação à data de venda, para o caso de algum problema de durabilidade. O que recomendamos é que o consumidor guarde a nota e, em caso de grande variação da vida útil, reclame ao fabricante e ao comerciante e avise ao Inmetro para que possamos monitorar — orienta Rocha.

Isac Roizeblatt, diretor técnico da Associação Brasileira da Indústria da Iluminação (Abilux), destaca ainda que não é preciso fazer nenhuma adaptação na iluminação para a troca de modelos.

— Na hora da compra, para ter uma iluminação similar, basta verificar a correspondência da incandescente — explica.

O arquiteto Ronald Goulart dá ainda uma outra orientação importante para quem gosta da luz mais amarelada, como a das incandescentes:

— Na hora da compra, peça as de luz morna. Além de fornecer mais aconchego, a luz mais amarela tem uma reprodução mais fiel das cores. Hoje, não há mais porquê usar luz branca, sequer na cozinha. Antigamente, se usava a fluorescente de luz branca só porque era menor o consumo. Hoje, esse conceito não cabe mais.

Todos os produtos certificados deverão trazer estampado nas embalagens o selo de identificação do Inmetro, com o número de registro, o comparativo de equivalência da potência do LED em relação às lâmpadas fluorescentes e às incandescentes (W), temperatura da cor (K) e a eficiência luminosa (lm/W), além da identificação do fabricante ou importador e o número e contato do serviço de atendimento ao cliente.

— O consumidor deve ficar atento a esses dados, pois há produtos irregulares por aí, com selo do Inmetro falsificado e com outras irregularidades que podem trazer sérios riscos. Preço muito baixo também acende sinal de alerta — ressalta o engenheiro elétrico Douglas Silva, acrescentando que operações de fiscalização no comércio popular de Rio e São Paulo identificaram grande número de produtos irregulares.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Energia solar ainda engatinha

A energia solar avança no Brasil, mas já não com o mesmo fôlego. Nos últimos 12 meses, a instalação de micro e minigeradores (painéis em casas, condomínios e hospitais, por exemplo) de energia solar fotovoltaica cresceu 200%. Assim medido, é número que pode impressionar. Mas não deve enganar ninguém, porque provém de base de comparação muito baixa. Até junho do ano passado, havia 4 mil conexões no Brasil. Hoje são 12 mil, ainda uma insignificância diante do potencial. Vários obstáculos seguem dificultando o avanço da novidade no País e convém examiná-los melhor. Nos últimos dez anos, os custos de instalação caíram, no mundo, em cerca de 80%.

O impacto no Brasil é mais baixo em consequência da elevada carga tributária sobre componentes, o que tira competitividade desse tipo de geração por aqui. Por exemplo: o inversor solar (fotovoltaico), que é um conversor de corrente elétrica, chega a custar até 50% mais no Brasil pela incidência de impostos, como aponta Rodrigo Sauaia, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). O segundo entrave é a escassez de crédito. Os bancos privados, em geral, limitam-se a financiar iniciativas de pessoas físicas, mas a juros altos demais. Entre os bancos públicos, só o Banco do Brasil oferece linha de crédito específica mas, ainda assim, apenas para a área rural. Não dá para deixar de fora o BNDES, embora este não atenda o produtor/ consumidor, mas apenas o fornecedor de componentes.

Em junho deste ano, o banco ampliou a linha de crédito à indústria de energia solar fotovoltaica, providência que ainda não teve tempo para produzir resultados. O terceiro obstáculo, não menos importante, é a falta de uma cultura adequada para encarar a mudança. Ainda subexiste a ideia de que os custos são muito altos e a de que o retorno do investimento é demorado demais. A instalação de painéis fotovoltaicos para o consumo de uma residência de quatro pessoas está orçada hoje em torno de R\$ 12 mil, investimento que se paga em cerca de cinco anos, prazo já bem inferior ao que prevalecia há dez anos. A falta

de uma política de esclarecimento perpetua a impressão de que a energia solar continua cara demais também aos consumidores de maior porte.

Ainda mais grave é o fato de que os formuladores de políticas públicas continuam com a cabeça no passado. É o que o professor da Universidade de Brasília (UnB) Rafael Amaral Shayani quer dizer quando observa que “o pensamento energético brasileiro não sai das hidrelétricas e das termoeletricas”. A energia solar não entra em leilões com contratos de oferta de longo prazo desde novembro de 2015, embora o Ministério de Minas e Energia tenha indicado que, até o fim deste ano, alguma novidade possa acontecer. Na contramão, a recessão que decorre do ajuste fiscal do governo também diminuiu a demanda por reserva de energia. Sem novos leilões, os investimentos públicos em energia solar também podem diminuir.

» Novidade Na Alemanha, referência em energia solar, foi desenvolvido um tipo de concreto capaz de produzir energia pela luz solar. Cada m2 pode gerar até 20 watts.

» Potencial Só com a geração centralizada, a energia solar fotovoltaica no Brasil tem potencial de produzir 28.519 gigawatts. Na geração distribuída (residencial), são mais 164 GW. A fonte hídrica tem 172 GW de potencial.

MME / ASCOM